

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
INSTALAÇÃO DE SAÍDAS DE EMERGÊNCIA NA TWR – DTCEA-SJ
– SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – SP
116.13.G00.PL.003.00

REGISTRO DE REVISÕES					
Revisão	Data	Itens e páginas revisadas	Elaboração	Verificação	Aprovação
00	07/05/2024	Emissão inicial			
01	14/08/2025	Readequação processual	Assinado digitalmente por: GUSTAVO PERPÉTUO SERINOLLI: CREA RNP: 2616948800 Localização: CRCEA-SE – Seção de Engenharia	Assinado digitalmente por: GUSTAVO PERPÉTUO SERINOLLI: CREA RNP: 2616948800 Localização: CRCEA-SE – Seção de Engenharia	Assinado digitalmente por: GUSTAVO PERPÉTUO SERINOLLI: CREA RNP: 2616948800 Localização: CRCEA-SE – Seção de Engenharia
02	19/03/2026	Readequação procesual após análise jurídica	Assinado digitalmente por: GUSTAVO PERPÉTUO SERINOLLI: CREA RNP: 2616948800 Localização: CRCEA-SE – Seção de Engenharia	Assinado digitalmente por: GUSTAVO PERPÉTUO SERINOLLI: CREA RNP: 2616948800 Localização: CRCEA-SE – Seção de Engenharia	Assinado digitalmente por: GUSTAVO PERPÉTUO SERINOLLI: CREA RNP: 2616948800 Localização: CRCEA-SE – Seção de Engenharia
Código CISCEA: 116.13G00.PL.003.00			Número CTCEA: PO018/24		
			Área emitente: DI	Classificação do documento: OSTENSIVO	
Palavras-chave: FORMAÇÃO DE PREÇOS, ORÇAMENTO, PREÇOS, EXECUÇÃO DE OBRAS, SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, SAÍDA DE EMERGÊNCIA, TWR, ESCADA, INCÊNDIO, DTCEA-SP.			Vigência até: N/A		Nº de páginas: 15
			Distribuição: DI, IPC, IOR, IOR-01, IAS, IAS-01 e autor(es) deste documento.		

SUMÁRIO

1	FINALIDADE	4
2	OBJETO A SER CONTRATADO	4
3	OBJETIVO DA FORMAÇÃO DE PREÇOS	4
4	PARÂMETROS ADOTADOS PARA A PESQUISA DE PREÇOS	4
	4.1 REALIZAÇÃO DE PESQUISA DE MERCADO	5
	4.2 REGULAMENTAÇÕES	5
5	JUSTIFICATIVA DOS PARÂMETROS ADOTADOS PARA A PESQUISA DE PREÇOS	8
6	METODOLOGIA UTILIZADA	9
	6.1 DA PLANILHA SINTÉTICA	10
	6.2 CODIFICAÇÃO DOS MATERIAIS E SERVIÇOS	10
	6.3 DA PLANILHA ANALÍTICA	10
	6.4 BDI	11
7	JUSTIFICATIVA DA METODOLOGIA UTILIZADA	12
8	VALOR ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO	12
	8.1 VALOR ESTIMADO	12
	8.2 PREÇO GLOBAL DE REFERÊNCIA	12
9	REGIME DE TRIBUTAÇÃO (BDI)	12
10	DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA	13
11	RESPONSABILIDADE TÉCNICA	13
12	GLOSSÁRIO	13
13	PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS	14
14	ANEXOS	15

1 FINALIDADE

Este documento tem por finalidade, atendendo ao que prescreve o Decreto nº 7.983/2013 assim como o Inciso II do Art. 3º da IN SEGES/ME nº 65/2021, apresentar a formalística e a metodologia utilizada para a formação de preços do processo de contratação do objeto em pauta, de modo a possibilitar que a Equipe de Planejamento de Contratação (EPC) designada possa confeccionar os documentos Estudo Técnico Preliminar e o Projeto Básico necessários à contratação.

2 OBJETO A SER CONTRATADO

Contratação de Instalação de Saídas de Emergência na Torre do DTCEA-SJ, em São José dos Campos – SP.

3 OBJETIVO DA FORMAÇÃO DE PREÇOS

O objetivo da formação de preços é a obtenção do VALOR ESTIMADO para esta contratação, que corresponde ao Custo Global da obra, definido no Art. 6º, inciso XXV, alínea f, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e ao Preço Global de Referência previsto no Art. 2º, inciso VI do Decreto 7.983, de 08 de abril de 2013, e suas alterações, revalidado pela IN SEGES/ME Nº 91, de 16 de dezembro de 2022, como normativa para a definição do VALOR ESTIMADO para a contratação de obras e serviços de engenharia nos processos de licitação e de contratação direta, de que dispõe o § 2º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

4 PARÂMETROS ADOTADOS PARA A PESQUISA DE PREÇOS

Para a realização desta pesquisa de preços foram observados, sempre que possível e viável, as condições comerciais comumente praticadas. Isso inclui prazos e locais de entrega, instalação e montagem do bem ou execução do serviço, quantidade contratada, formas e prazos de pagamento, fretes e garantias exigidas, sempre que aplicáveis. Da mesma forma, também foi considerada a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto. Recorrendo, quando necessário, em última instância, à complementação da pesquisa direta de preços de insumos junto aos possíveis fornecedores para a complementação da Composições de Preços Unitários CCU, em conformidade com a Instrução Normativa IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021.

Importante enfatizar as dificuldades encontradas pela área técnica quando recorre à pesquisa de preços junto aos potenciais fornecedores para a formação dos valores dos insumos, nos casos em que não são encontradas referências de preços nas previsões normativas anteriores à pesquisa direta. Tal dificuldade é decorrente do fato de não existir relação comercial direta da CISCEA com os possíveis fornecedores dos insumos para as obras e nem determina fornecedores. Portanto, seu poder de negociação para obter reduções de preços em relação à economia de escala ou melhores prazos é limitado. As pesquisas são balizadas pelas especificações de projeto e se restringem às fontes que já incorporaram esses parâmetros aos seus preços ou à formação de preços baseada em conceitos hipotéticos. Assim, é possível que ocorram diferenças entre os preços estimados pela área técnica e os preços reais praticados durante as negociações diretas pela empresa contratada durante a execução do Objeto.

No orçamento da presente obra, FORAM adotados custos unitários menores ou iguais aos custos unitários de referência do SINAPI, para todos os itens relacionados à construção civil, para

todos os itens relacionados à serviços e obras de infraestrutura de transportes, prioritariamente, sempre que identificada similaridade quanto às especificações de projeto em suas bases de dados.

No orçamento da presente obra, NÃO FORAM adotados custos unitários superiores aos custos unitários de referência do SINAPI para determinados itens do orçamento.

No orçamento da presente obra, para os itens não contemplados no SINAPI, FORAM adotados custos obtidos das seguintes fontes admitidas no art. 6º do Decreto nº 7.983, de 2013:

Tabela de referência formalmente aprovada por órgãos ou entidades da administração pública federal:

- Não aplicável.

Sistemas específicos instituídos para o setor:

- AGESUL – Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos – MS;
- CPOS – Companhia Paulista de Obras e Serviços;
- COMPESA – Companhia Pernambucana de Saneamento;
- EMOP – Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro;
- FDE – Fundação para Desenvolvimento da Educação – São Paulo;
- ORSE – Orçamento de Obras de Sergipe;
- SCO/RJ – Sistema de Custos para Obras e Serviços de Engenharia do Rio de Janeiro;
- SETOP – Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas de Minas Gerais; e
- SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil.

Pesquisa de mercado (detalhada no tópico seguinte).

- Não aplicável.

Desta forma, FORAM adotadas composições próprias e/ou adaptadas, aplicando-se prioritariamente os insumos e mão de obra da base SINAPI sempre que aderentes às especificações de projeto.

Para esta contratação não foi necessária a realização da pesquisa de mercado.

4.1 REALIZAÇÃO DE PESQUISA DE MERCADO

Não aplicável.

4.2 REGULAMENTAÇÕES

Balizaram este orçamento as Leis, Normas, Decretos e demais regulamentações aplicáveis ao processo de obtenção do Preço Global de Referência, a seguir:

Tabela 1 - Leis

CÓDIGO	TÍTULO
Lei nº 13.105/2015	Código de Processo Civil
Lei nº 12.309/2010	Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2011 e dá outras providências
Lei nº 5.194/1966	Regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências
Lei nº 6.514/1977	Altera o Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo à segurança e medicina do trabalho e dá outras providências
Lei nº 6.496/1977	Institui a " Anotação de Responsabilidade Técnica " na prestação de serviços de engenharia, de arquitetura e agronomia; autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CONFEA, de uma Mútua de Assistência Profissional; e dá outras providências
Lei nº 14.133/2021	Lei de Licitações e Contratos Administrativos
Lei nº 14.288/2021	Altera a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, para prorrogar o prazo referente à contribuição previdenciária sobre a receita bruta, e a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para prorrogar o prazo referente a acréscimo de alíquota da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior (COFINS-Importação), nos termos que especifica

Tabela 2 - Decretos

CÓDIGO	TÍTULO
Decreto nº 7.983/13	Estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, e dá outras providências
Decreto nº 10.132/19	Altera o Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União

Tabela 3 - Normas

CÓDIGO	TÍTULO
Norma Regulamentadora 01	Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais
Norma Regulamentadora 04	Serviços Especializados em Segurança e em Medicina do Trabalho
Norma Regulamentadora 05	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA
Norma Regulamentadora 06	Equipamento de Proteção Individual – EPI

CÓDIGO	TÍTULO
Norma Regulamentadora 07	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO
Norma Regulamentadora 08	Edificações
Norma Regulamentadora 10	Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade
Norma Regulamentadora 11	Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais
Norma Regulamentadora 16	Atividades e Operações Perigosas
Norma Regulamentadora 18	Segurança e Saúde no Trabalho na Indústria da Construção
Norma Regulamentadora 21	Trabalhos a Céu Aberto
Norma Regulamentadora 24	Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho
Instrução Normativa 65/2021	Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional
Instrução Normativa 91/2022	Estabelece regras para a definição do valor estimado para a contratação de obras e serviços de engenharia nos processos de licitação e de contratação direta, de que dispõe o § 2º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional

Tabela 4 - Súmulas TCU/Acórdão

CÓDIGO	TÍTULO
Súmula nº 253/2010	Comprovada a inviabilidade técnico-econômica de parcelamento do objeto da licitação, nos termos da legislação em vigor, os itens de fornecimento de materiais e equipamentos de natureza específica que possam ser fornecidos por empresas com especialidades próprias e diversas e que representem percentual significativo do preço global da obra devem apresentar incidência de taxa de Bonificação e Despesas Indiretas - BDI reduzida em relação à taxa aplicável aos demais itens.
Súmula nº 254/2010	O IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica – e a CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – não se consubstanciam em despesa indireta passível de inclusão na taxa de Bonificações e Despesas Indiretas – BDI do orçamento-base da licitação, haja vista a natureza direta e personalística desses tributos, que oneram pessoalmente o contratado.

CÓDIGO	TÍTULO
Súmula nº 258/2010	“As composições de custos unitários e o detalhamento de encargos sociais e do BDI integram o orçamento que compõe o projeto básico da obra ou serviço de engenharia, devem constar dos anexos do edital de licitação e das propostas das licitantes e não podem ser indicados mediante uso da expressão ‘verba’ ou de unidades genéricas.”
Súmula nº 259/2010	“Nas contratações de obras e serviços de engenharia, a definição do critério de aceitabilidade dos preços unitários e global, com fixação de preços máximos para ambos, é obrigação e não faculdade do gestor.”
Súmula nº 260/2010	“É dever do gestor exigir apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART referente a projeto, execução, supervisão e fiscalização de obras e serviços de engenharia, com indicação do responsável pela elaboração de plantas, orçamento base, especificações técnicas, composições de custos unitários, cronograma físico-financeiro e outras peças técnicas.”
Acórdão 2.622/2013	Administrativo. Conclusão dos estudos desenvolvidos pelo grupo de trabalho interdisciplinar constituído por determinação do Acórdão n. 2.369/2011 – plenário. Adoção de valores referenciais de taxas de benefício e despesas indiretas – BDI para diferentes tipos de obras e serviços de engenharia e para itens específicos para a aquisição de produtos. Revisão dos parâmetros que vêm sendo utilizados pelo Tribunal de Contas da União por meio dos Acórdãos ns. 325/2007 e 2.369/2011, ambos do plenário.
Acórdão nº 7290/2013 – 2ª Câmara	Representação suposto direcionamento de licitação para aquisição de barômetros. Conhecimento da representação. Improcedência. Outras falhas observadas pela unidade técnica. Notificação e Arquivamento.

5 JUSTIFICATIVA DOS PARÂMETROS ADOTADOS PARA A PESQUISA DE PREÇOS

A área técnica adotou todos os parâmetros regulamentares sempre que as especificações de materiais e serviços e equipamentos encontraram eco nas fontes de referência de preços e procedimentos previstos no Decreto 7.983, de 08 de abril de 2013 e suas alterações, ratificado pela IN SEGES/ME 91, de 16 de dezembro de 2022, como normativa para orçamentação de obras e serviços de engenharia sob a Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

Uma das metodologias subsidiárias do Decreto nº 7.983/2013 é justamente a realização de pesquisa de mercado para determinados custos de insumos ou serviços que não estejam contemplados no SINAPI ou, eventualmente, nos demais parâmetros do art. 6º do Decreto e, a partir do momento em que o orçamentista opta pela realização de pesquisa de mercado para propostas de preços (cotações) para tais insumos ou serviços, aí sim passam a incidir as diretrizes da IN nº 65/2021,

de 7 de julho de 2021, ainda que tal diploma não se aplique à orçamentação das obras e serviços de engenharia, como bem alerta seu art. 1º, § 1º, porém, adota-se como boas práticas recomendadas pelos órgãos de controle.

A grande maioria dos itens de materiais e serviços e equipamentos tiveram seus preços extraído do SINAPI.

6 METODOLOGIA UTILIZADA

O Valor Estimado para esta contratação é resultado do somatório dos custos unitários pesquisados, considerando como referência os relatórios de insumos e composições de custos unitários, e adição do BDI, com **base de referência SINAPI em fevereiro de 2026, localidade de São Paulo –SP.**

O Valor Estimado, resultado deste orçamento, expressa a descrição, quantidades e custos unitários de todos os serviços, incluídas as respectivas composições de custos unitários, que devem refletir a execução da obra, e compatibilidade com o projeto que integra o edital de licitação previsto no art. 2º, VIII, do Decreto nº 7.983, como Preço Global de Referência.

Foram incluídos para a formação do Preço Global de Referência, item 8.1, deste documento, os seguintes custos:

- da administração local;
- do canteiro de obras;
- da operação e manutenção do canteiro de obras;
- da mobilização e desmobilização;
- da documentação de projeto de fabricação e fornecimento, *data book, as built e as installed*;
- das taxas diferenciadas de BDI; e
- todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, materiais de consumo, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

A administração local, o canteiro de obras ou instalações provisórias, a operação e manutenção do canteiro de obras ou instalações provisórias e a mobilização e desmobilização, tiveram seus custos estimados considerando as características da obra, a estratégia adotada para a execução, o planejamento da execução (cronograma físico-financeiro), a dispersão geográfica das frentes de trabalho, em atendimento às Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho nº 01, nº 04, nº 05, nº 06, nº 07, nº 08, nº 09, nº 10, nº 11, nº 15, nº 16, nº 18, nº 21 e nº 24 e legislação profissional do Sistema CONFEA.

Como peças principais, integram esta Planilha Orçamentária o Orçamento Sintético, incluindo o Orçamento Analítico contendo as Composições de Custos Unitários (CCU), as planilhas de composição dos BDI estimados, e as Planilhas das Curvas ABC de Serviços e Insumos, incluídos neste documento. Também foi incluída a planilha contendo o detalhamento dos Encargos Sociais e o Cronograma Físico-Financeiro. Todos incluídas neste documento.

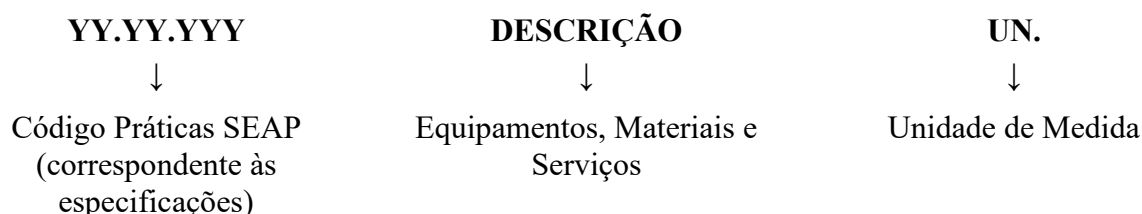
6.1 DA PLANILHA SINTÉTICA

A Planilha Sintética traz os quantitativos de cada serviço necessário à plena execução da obra, seus respectivos custos unitários de referência e ainda o respectivo BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) aplicado a cada um dos serviços, que somados, totalizam o Preço Global de Referência para esta contratação.

6.2 CODIFICAÇÃO DOS MATERIAIS E SERVIÇOS

O agrupamento de materiais e serviços utilizados para a elaboração deste orçamento segue as diretrizes da Portaria MARE nº 2.296, datada de 23 de julho de 1997. Essa portaria estabelece a estrutura de codificação em conformidade com o Quadro Resumo das orientações do Manual de Obras Públicas – Edificações, especificamente na Prática Geral de Projeto (Apenso 1 - Discriminação Orçamentária) dos cadernos das Práticas SEAP.

Estas planilhas têm a sua EAP em conformidade com as práticas de projeto SEAP, em atendimento a Portaria MARE nº 2.296, de 23 de julho de 1997. Sendo assim, seguem às mesmas codificações empregadas na EAP, assim como as descrições dos equipamentos, dos materiais e dos serviços e suas unidades de medidas, conforme as orientações dos cadernos das Práticas SEAP. Os códigos SEAP estão diretamente associados às Especificações Técnicas e seguem a formatação da figura abaixo:



6.3 DA PLANILHA ANALÍTICA

A Planilha Analítica deste documento contém as Composições de Custos Unitários (CCU) com a discriminação detalhada dos seus componentes, da mão de obra, dos materiais, dos equipamentos, das quantidades por unidade de medida, itens sobre os quais, é ainda considerada a incidência de taxas e obrigações legais, fiscais e trabalhistas de cada serviço.

As Composições de Custos Unitários que compõem a Planilha Analítica deste documento, são instrumentos para elaboração do orçamento estimativo e integram o valor orçado pela Administração.

Todas as CCU relacionadas nas Planilhas Sintética e Analítica são identificadas conforme estabelecido no Decreto nº 7.983, de 08 de abril de 2013.

Para este empreendimento foram empregadas distintas fontes de composições de custos unitários CCU, com a seguinte distribuição:

Tabela 5 - Caracterização das fontes consultadas

CCU	Quant.
SINAPI	19
Próprias adaptadas do SINAPI	14
Próprias adaptadas de outras fontes de referências	16
Próprias adaptadas de outras fontes de referências e pesquisa direta com fornecedores	1
Exclusivamente compostas por pesquisa direta com fornecedores	0
Total de CCU	

As composições próprias adaptadas, tiveram como referência os sistemas específicos instituídos para o setor relacionados no item 5 deste documento. As composições próprias, tiveram como referências exclusivamente, as especificações de projeto para a sua formação.

Visando garantir o acesso às bases de dados SINAPI utilizadas como referências, nas respectivas datas base de seus orçamentos, a área técnica da CISCEA adota como procedimento a inclusão de todas as Planilhas Analíticas (CCU) neste documento. Este procedimento é aplicado ainda para todas e quaisquer fontes de referências empregadas na formação de preços. Tal procedimento decorre do fato de que o Sistema SINAPI tem como regra realizar as atualizações da sua base de dados periodicamente, tanto para atualização de preços dos insumos quanto para correções, com acréscimos e supressões de CCU, incorrendo em sobreposição da base de dados atualizada à versão anterior, inviabilizando assim consultas às versões superadas e que foram oportunamente adotadas como referência para a elaboração de orçamentos estimativos pelos diversos usuários do Sistema.

6.4 BDI

A metodologia de cálculo das taxas de BDI respeitou as premissas descritas no Acórdão nº 2.622/2013 TCU – Plenário e na Súmula nº 253/2010. Desta forma, foram aplicadas as seguintes taxas, conforme Tabela a seguir:

Tabela 6 - Taxas de BDI Aplicadas

BDI	INCIDÊNCIA
24,45%	Serviços de Engenharia (Construções de Edifícios - Obras) *

* Enquadrado como Tipo de obra - Construção de Edifícios, Quadro 13 do Acórdão 2.622/2013.

As planilhas contendo as composições para as taxas de BDI aplicadas ao orçamento foram incluídas neste documento. Da mesma forma, as taxas de BDI aplicadas aos serviços individualmente, encontram-se explícitas na coluna “BDI %” nas Planilhas Sintética e nas Planilhas Analíticas (CCU) que compõem o documento.

Conforme as Súmulas nº 254/2010 do TCU, o Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL não se consubstanciam em despesa indireta passível de inclusão nas taxas de BDI do orçamento base, haja vista a natureza direta e personalística desses tributos, que oneram pessoalmente o contratado.

Ressalta-se ainda que conforme o Art. 7º, § 2º, inciso I, da Lei Complementar nº

116/2003, não se incluem na base de cálculo do Imposto Sobre Serviço de qualquer natureza – ISS o valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços. Desta forma, a taxa de ISS final a ser incorporada ao BDI resultou em uma taxa recalculada e diferente daquela determinada pela prefeitura local, considerando-se que a sua incidência integral ocorre apenas sobre a mão obra contida nos serviços.

7 JUSTIFICATIVA DA METODOLOGIA UTILIZADA

O Preço Global de Referência para execução dos serviços que compõem o objeto desta contratação, foi obtido em conformidade com o Decreto nº 7.983, de 08 de abril de 2013, e as diretrizes para a pesquisa de preços da Instrução Normativa nº 65/2021, portanto, seguindo os parâmetros legais e o cumprimento da metodologia normativa para a obtenção do Custo Previsto.

8 VALOR ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO

8.1 VALOR ESTIMADO

O Valor Estimado, para a execução do objeto desta licitação é de **R\$ 643.209,85** (seiscentos e quarenta e três mil, duzentos e nove reais e oitenta e cinco centavos).

8.2 PREÇO GLOBAL DE REFERÊNCIA

O Preço Global de Referência, conforme estabelecido no inciso VI, Art. 2º do Decreto 7.983 de 8 de abril de 2013, se equivale ao Valor Estimado acima e é o preço a ser considerado como o valor orçado pela Administração para os efeitos do mesmo Decreto nº 7.983, e da Súmula nº 259/2010, do TCU.

9 REGIME DE TRIBUTAÇÃO (BDI)

Em atendimento ao inciso II do Parecer nº 44/2019/DECOR/CGU/AGU (NUP 25000.183662/2018-74, Seq. 16), na formação do Preço Global de Referência, Art. 2º, VI, do Decreto nº 7.983, de 2013, para obtenção do valor mais vantajoso para a administração, foi efetuado o cálculo comparativo abaixo entre a mão de obra desonerada e não desonerada, balizando a escolha do melhor regime de tributação:

Tabela 7 - Cálculo da Vantajosidade do Regime Tributário

VALORES	APLICAÇÃO DA TABELA **DESONERADA (D)	APLICAÇÃO DA TABELA NÃO DESONERADA (ND)	DIFERENÇA (ND) – (D)
OBRA SEM BDI =	R\$ 516.893,00	R\$ 531.973,62	R\$ 338,88
MÃO DE OBRA =	R\$ 214.575,67	R\$ 229.494,62	
MÃO DE OBRA % =	41,51 %	43,14 %	
BDI % =	24,45 %	20,98 %	
TOTAL DA OBRA + BDI =	R\$ 643.209,85	R\$ 643.548,73	

Configurando-se como opção mais vantajosa para a administração a tabela DESONERADA, na elaboração do orçamento e composição do BDI.

******Para a definição do regime tributário aplicável, adotou-se o regime de transição da contribuição previdenciária substitutiva, conforme previsto nos arts. 7º e 8º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, considerando as alterações introduzidas pela Lei nº 14.973, de 16 de setembro de 2024. Assim, a apuração seguiu as regras vigentes após a instituição da transição da CPRB, observando-se as alíquotas e condições estabelecidas para o período.

10 DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

As quantidades de materiais, serviços e equipamentos utilizadas na composição do Preço Global de Referência foram originadas das planilhas contidas na Tabela 9 – Documentos de Referência, conforme detalhado abaixo. Estas planilhas foram elaboradas pelos profissionais responsáveis pela criação do projeto básico ou executivo. Como resultado, as quantidades pertinentes de materiais, serviços e equipamentos foram integradas ao cálculo do Preço Global de Referência, eliminando a necessidade de incluir tais planilhas no processo de licitação.

Tabela 8 - Documentos de Referência

CÓDIGO	TÍTULO
116.13.C08.EP.001.00	ESPECIFICAÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS DE ESTRUTURA METÁLICA INSTALAR SAÍDAS DE EMERGÊNCIA NA TWR - DTCEA-SJ - SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (SP)

11 RESPONSABILIDADE TÉCNICA

A responsabilidade técnica pela formação do Preço Global de Referência restringe-se à elaboração das composições dos custos unitários (CCU) para os itens previamente quantificados, à estimativa da formação do BDI para a precificação, e à elaboração das composições dos demais custos resultantes do planejamento da execução do objeto, tais como: administração local, canteiro de obras, operação e manutenção do canteiro de obras, mobilização e desmobilização, além da documentação do projeto de fabricação e fornecimento, quando incluída na contratação.

Tabela 9 - Responsabilidade Técnica

Atuação/Profissional		Documento
Autor	2º Ten Pedro Fernando Martins Salazar	ART nº 2020240109636
Verificador	Arqº Luiz Henrique Bivar Moreira de Souza	RRT nº 0000000952133
Revisor final	2º Ten QOCON CIV Gustavo Perpétuo Serinolli	5070123381-SP

As ARTs e RRT acima, encontram-se anexadas neste documento.

12 GLOSSÁRIO

AGESUL – Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos – MS;

BDI – Bonificações e Despesas Indiretas;
CAU/RJ – Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro;
CCU – Composição de Custo Unitário;
CISCEA – Comissão de Implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo;
COMPESA – Companhia Pernambucana de Saneamento;
CONFEA – Conselho Federal de Engenharia e Agronomia;
CPOS – Companhia Paulista de Obras e Serviços;
CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido;
DA – Divisão Administrativa;
DI – Divisão de Infraestrutura;
EAP – Estrutura Analítica de Projeto;
EMOP – Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro;
FDE – Fundação para Desenvolvimento da Educação – São Paulo;
IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica;
ISS – Imposto Sobre Serviço;
OACI – Organização de Aviação Civil Internacional;
ORSE – Orçamento de Obras de Sergipe;
RRT – Registro de Responsabilidade Técnica;
ART – Anotação de Responsabilidade Técnica;
SCO/RJ – Sistema de Custos para Obras e Serviços de Engenharia do Rio de Janeiro;
SEAP – Secretaria de Estado da Administração e do Patrimônio;
SETOP – Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas de Minas Gerais;
SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil;
SIURB – Sistema de Informações Urbanas; e
TCU – Tribunal de Contas da União.

13 PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

A seguir serão apresentadas os seguintes apêndices e anexos que integram este documento, para a estimativa de custos e formação de preços do objeto em questão:

Apêndice A - Planilha Resumo;
Apêndice B - Cronograma Físico-Financeiro;
Apêndice C - Regime de Tributação;
Apêndice D - Cálculo do ISS;

Apêndice E - Composição do BDI;
Apêndice F - Composição de Encargos Sociais;
Apêndice G - Curva ABC de Serviços;
Apêndice H - Curva ABC de Insumos;
Apêndice I - Orçamento Sintético; e
Apêndice J - Orçamento Analítico.

14 ANEXOS

Anexo I – ART nº CREA 2020240109636 (SIGAD nº 343828)

Anexo II – RRT nº CAU 0000000952133 (SIGAD nº 3364850)

Anexo III – ART nº CREA 5070123381-SP



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	Anexo V do PB - Planilha Orçamentária (PO)
Data/Hora de Criação:	19/03/2026 20:13:17
Páginas do Documento:	15
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	16
Hash MD5:	7dae6e72be72c4303c2b0a4af4b79a64
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten FLAVIO GUSTAVO LONGO DA GRACA no dia 19/03/2026 às 17:44:17 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Segundo Sargento RENAN SOARES PEREIRA no dia 19/03/2026 às 17:45:50 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 2º Ten GUSTAVO PERPETUO SERINOLLI no dia 19/03/2026 às 17:47:42 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cel WAGNER DE ALMEIDA VITORIA no dia 07/04/2026 às 20:18:17 no horário oficial de Brasília.

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO